

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>DEMANDAS DA FRAÇÃO INDUSTRIAL E SUAS CONTRADIÇÕES NO NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Allan Kenji Seki	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O trabalho discute como as transformações no mundo do trabalho estão expressas na redefinição das leis trabalhistas e nas políticas educacionais, ao longo do pacto de classes do lulismo. Políticas como a expansão da rede de ensino tecnológica, a redefinição do papel do ensino superior, regulamentação da terceirização foram e vêm sendo apresentadas como demandas do capital industrial interno no âmbito do Estado ampliado. Na medida em que expressam ao mesmo tempo contradições com aquilo que poderíamos identificar como as demandas clássicas das frações industriais do capital, podemos perceber que a própria dinâmica do capital industrial se modificou subjetivamente ao longo da última década. Desse modo, o trabalho tem por objetivo apresentar alguns apontamentos sobre a dinâmica atual da fração industrial do capital e suas modificações em relação ao novo padrão de acumulação capitalista dependente. Assim, pretende-se contribuir para evidenciar que a fração industrial do capital é incapaz de convergir, mesmo conjuntamente, com os interesses gerais da classe trabalhadora.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Mundo do Trabalho; Capital Industrial; Lulismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The paper discusses how changes in the labor market are expressed in the redefinition of labor laws and educational policies over Lulism pact of class. Policies such as the expansion of technological education network, the redefinition of the role of higher education, regulation of outsourcing have been and are being presented as demands of domestic industrial capital in the expanded state. To the extent that express the same time contradictions with what we could identify as the classic demands of industrial fractions of capital, we can see that the dynamics of industrial capital subjectively changed over the past decade. Thus, the work aims to present some notes on the current dynamics of the industrial fraction of the capital and its modifications for the new pattern of capitalist accumulation dependent. We intend to contribute to evidence that the capital of the industrial fraction is unable to converge, even circumstantially, with the general interests of the working class. O discusses how the changes in the working world are expressed in the redefinition of labor laws and policies educational, over Lulism pact of class. Policies such as the expansion of technological education network, the redefinition of the role of higher education, regulation of outsourcing have been and are being presented as demands of domestic industrial capital in the expanded state. To the extent that express the same time contradictions with what we could identify as the classic demands of industrial fractions of capital, we can see that the dynamics of industrial capital subjectively changed over the past decade. Thus, the work aims to present some notes on the current dynamics of the industrial fraction of the capital and its modifications for the new pattern of capitalist accumulation dependent. We intend to contribute to evidence that the capital of the industrial fraction is unable to converge, even circumstantially, with the general interests of the working class.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
World of Work ; Industrial capital; Lulism			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

Estamos vivendo um momento de profundas transformações no padrão de acumulação capitalista em todo o mundo, sob o atual predomínio do capital-monetário. No Brasil não é diferente, uma vez que há muito coligado ao mercado mundial de forma subalterna, também experimenta essas transformações de modo desigual, porém, combinado. O maior impulso à monopolização da economia ocorreu durante a ditadura civil-militar de 1964, paralelamente a um largo processo de consolidação de um sistema financeiro.

Desde então, não houve nenhum processo de ruptura nesse processo de acumulação e concentração, monopolista e dependente. Pelo contrário, sem desconsiderar os impactos conjunturais das crises sociais pelas quais o país passou desde então, esse padrão de acumulação alargou-se e fincou raízes profundas, sobretudo, no que diz respeito à reconversão das garantias fundamentais, recursos ambientais e direitos sociais em fundos para acumulação concentrada de capitais.

O esgotamento do pacto de classes da ditadura civil-militar de 1964 não criou condições políticas para a construção de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo, e nem poderia. A estrutura social, impulsionada por esse pacto de classes, mesmo com sua dissolução gradual, colocava o país diante da necessidade de manter o modelo baseado em: exportação de produtos primários ou manufatura leve; a distribuição regressiva da renda, como forma de potencializar as condições de consumo dos grupos com renda mais elevada; o elevado grau de parasitismo do Estado por parte da burguesia interna, de modo esse é o principal criador de mercados através de obras de infraestruturas ou investimentos diretos. Esse último elemento, desde o governo de Ernesto Geisel, sobretudo em 1970, expressava fortemente a política de endividamento externo do Estado brasileiro para sustentar os investimentos do Estado aos setores privados. Essa política prestou aos capitais financeiros internacionais um grande favor na medida em que a acumulação, resultante do processo de liberalização dos eurodólares, agora necessitava de tomadores em todas as partes do mundo (PAULANI, 2007).

Não se pode, também, desconsiderar a grave crise inflacionária que desde o final da década de 1960 atingia a economia brasileira em consonância com a crise internacional, agravada sensivelmente pela crise do petróleo e dos insumos básicos, desenrolando-se em uma recessão aberta a partir de 1973. Como analisa Paulani (2007), no mundo todo já havia um sistema monetário internacional puramente fiduciário, que pode se desenvolver sem amarras graças ao momento de crise e com ela, a demanda geral por desregulamentação dos mercados, sobretudo os financeiros. Assim, rapidamente as burguesias compreenderam que o próximo momento deveria necessariamente significar uma ofensiva contra os bens públicos e os direitos dos trabalhadores. Nesse contexto, a recomposição do pacto de classes transita da dissolução do pacto civil-militar

para um novo momento, de franca inspiração neoliberal e em reação à grave crise internacional do capital.

É nesse sentido que concebemos o processo histórico, que vai da transição dos governos militares aos governos de Fernando Henrique Cardoso, foi significado pelo rearranjo de forças internas e internacionais da classe dominante. Ao mesmo tempo em que expressavam uma tentativa de recuperação da capacidade da burguesia de, aprofundando o desenvolvimento subalterno e combinado com o imperialismo, conservar seu domínio político e ideológico em âmbito nacional. Dessa vez, a partir de um modo de ser democrático-representativo, típico dos modos de enquadramentos burgueses das demandas e reivindicações dos trabalhadores, como aponta Fontes (2010).

A política neoliberal cumpriu o papel de suprimir o parco protecionismo dos mercados internos latino-americanos para permitir o estabelecimento de uma larga plataforma de valorização de capitais financeiros internacionais, o aumento das exportações de grandes grupos industrial-financeiros para a América Latina, a negociação de papéis de empresas públicas e privadas em larga escala etc. Ao mesmo tempo em que, além de atender aos interesses dos capitais imperialistas, permitiu premir a burguesia interna pela remarcação dos preços dos produtos industriais da esfera baixa de consumo. Isso permitia, então, uma regulação relativa da inflação interna e a estabilidade da moeda e do câmbio. Além disso, no âmbito do Estado, contribuiu significativamente para o desmonte dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora desde o início do século.

Por essas razões fica claro que é o grande capital internacional, claramente imperialista, associado com a fração financeira interna que hegemoniza a política neoliberal, pois todo o conjunto das políticas (desmonte dos direitos dos trabalhadores, da seguridade social e previdência, as privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira, política monetária regressiva) atendem aos interesses dessa fração da classe dominante. A hegemonia do capital financeiro foi progressivamente se afirmando e produzindo modificações na organização interna do bloco de frações burguesas dominantes. Entre outros meios que produziram essas mudanças, destacamos a análise de Boito Junior (2003, p. 3):

A política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Um relatório do BNDES mostra que, como resultado das regras restritivas do processo brasileiro de privatização, apenas um pequeno grupo seletivo de grandes empresas pôde se apropriar das empresas públicas levadas a leilão. Essa

política de privatização repercutiu na composição da burguesia brasileira e na correlação de forças entre as suas diferentes frações.

As políticas de privatizações das empresas públicas, nas suas mais variadas formas – que vão da privatização em sentido estrito à privatização por meio de fundação pública ou organizações sociais, abriu espaço para o estabelecimento de uma fração de natureza propriamente financeira, mas que se valoriza na prestação de serviços que antes eram garantidos de modo direto pelo Estado. Esse espectro de valorização capitalista é herdeiro direto das políticas de reajuste produtivo neoliberal e encontrou um terreno fértil para investimentos tanto nos setores em que o Estado se retirou por completo, como naqueles em que se regulamentou os regimes de participação privada. Assim, e como não poderia ser diferente, essa burguesia de serviços é de natureza financeira e marcada por sua posição da esfera de produção e circulação de mercadorias.

Esse processo também logrou acentuar a separação entre duas esferas da classe dominante, parte da grande burguesia interna ligada aos setores produtivos da economia e parte da burguesia interna perfeitamente vinculada e associada com o grande capital internacional. Enquanto que a segunda, ao longo da década de 1990 ganhou posição cada vez mais favorável na coalisão de forças, a primeira foi gradativamente – desde a decomposição do pacto de classes da ditadura civil-militar – perdendo espaço na política nacional. Essa separação da burguesia interna permitiu a recomposição de um pacto de classes em meados dos anos 1990 e uma nova aliança de hegemonia entre as frações dominantes: o capital financeiro nacional e internacional, o capital financeiro prestador de serviços e a burguesia subalterna e associada ao grande capital internacional. Tal pacto de classes centrou-se sobretudo nas características já mencionadas a respeito do significado histórico do neoliberalismo no Brasil, ficando conhecido como pacto de classes do Plano Real.

Evidentemente a decomposição do aparato estatal, fortemente vinculado ao favorecimento do capital financeiro que se beneficia largamente das privatizações, levou a um elevado grau de organização da classe trabalhadora no meio urbano. Ao mesmo tempo em que desde o final da década de 1970 os movimentos do campo também se preparavam para lutas cada vez mais organizadas e que ganharam ao longo de todo o período de 1980 até meados da década de 2000 dimensões continentais. Tudo isso criou um contexto de fortes lutas sociais tanto no campo, quanto na cidade e fortaleceu as centrais sindicais – especialmente às de oposição ao neoliberalismo, ou seja, aquelas de caráter anti-imperialista.

Na medida em que o Plano Real mostrava-se bem-sucedido no controle inflacionário, grandes parcelas da classe trabalhadora associavam-se passivamente à base social do governo. Isso não significava necessariamente a adesão ao projeto de neoliberalismo brasileiro, como foi o caso

da Força Sindical. No entanto, a nova liberalização de mercados e ativos financeiros criou um contexto de devastação da fraca indústria interna que se formava, tanto nas esferas altas como nas baixas de consumo. Inevitavelmente isso significou um novo processo de elevação inflacionária que não tinha necessariamente a ver com a elevação do consumo médio da família brasileira, mas com a decomposição da indústria interna e o estrangulamento da questão fundiária no campo. O capital financeiro, livre de amarras, havia logrado transformar o Brasil – como a maior parte dos países dependentes – em plataformas de valorização financeira e soube beneficiar-se da relação de dependência prestamista do Estado para impulsionar as condições gerais de valorização de seus ativos e capitais, minimizando significativamente os riscos comumente encontrados na produção. Ao invés de possibilitar investimentos, como alardeado pelos ideólogos do neoliberalismo à brasileira, como era de se esperar, a ferocidade desses capitais em busca de valorização rápida acentuou brutalmente o contexto de crises e o pacto de classes do Plano Real esteve seriamente ameaçado ao longo de todo o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Portanto, é nesse contexto que se torna importante compreender o que une e o que diferencia as frações internas da burguesia, pois aquilo que as divide tornou-se o ponto nodal de estrangulamento do Pacto Real e também o elemento que possibilitaria seu distensionamento alguns anos mais tarde, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) ao Poder Executivo. De acordo com Boito Junior (2012, p. 75-76), a burguesia associada ao grande capital internacional demandava a abertura econômica:

Dizemos abertura em sentido amplo: abertura comercial para facilitar a importação de produtos industriais das economias centrais e abertura para investimentos estrangeiros nas áreas até então controladas por empresas estatais e empresas privadas nacionais. Essa pressão se dirigia para os mais variados segmentos econômicos: industrial, bancário, agrícola, de seguros, de saúde, de educação e outros. Havia pressão, também, para o ingresso das economias latino-americanas no circuito internacional de valorização financeira, com a criação de uma nova legislação que facilitasse o investimento volátil nos títulos da dívida pública desses países ou nas suas bolsas de valores e que garantisse o repatriamento seguro e rápido desses investimentos financeiros em condições cambiais favoráveis. Um segmento amplo, heterogêneo e poderoso da burguesia brasileira ganhou muito quando Collor e, depois dele, FHC, assumiram essa política. [...] Ainda está para ser feita uma pesquisa que nos dê um retrato fiel desses grupos. Com o que sabemos, podemos afirmar que se trata de um setor poderoso da burguesia brasileira que, desde dentro do país, também pressionava os governos para que dessem início à temporada de abertura ao comércio e ao investimento externo.

O outro setor da burguesia mostrava-se relutante em relação às consequências da abertura comercial, ainda que isso não significasse uma posição anti-neoliberal. Na realidade as maiores frações desse setor, as burguesias industriais internas associadas, principalmente, à FIESP e parte do capital agrário, mantinham uma relação ambígua com o projeto neoliberal brasileiro. Apoiavam, como toda a burguesia, a desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais – principalmente na área educacional, saúde e previdência pública. Porém, mostravam-se reticentes ou opunham-se abertamente a abertura comercial e a perda de posições políticas importantes que haviam conquistado no capitalismo brasileiro (BOITO JUNIOR, 2012).

Os industriais reivindicam preferência para os seus produtos no mercado mundial, isto é, querem protecionismo alfandegário; os banqueiros solicitam a intervenção do Estado para limitar o ingresso de capital estrangeiro no seu setor; os usineiros do interior do Estado de São Paulo reivindicam a associação da Petrobrás com as usinas para a produção de etanol – os usineiros temem, no dizer de um de seus representantes, que o equilíbrio entre o capital nacional e o estrangeiro seja rompido em favor desse último, caso a Petrobrás não coloque o seu poder econômico a favor dos usineiros nacionais; a indústria naval reivindica que as compras do Estado dêem preferência para os estaleiros nacionais; as grandes empresas ligadas à exportação e as empresas interessadas em realizar investimentos e obras de construção pesada no exterior exigem a ação política e comercial do governo para a conquista de mercados externos e para favorecer e proteger os seus investimentos no exterior (BOITO JUNIOR, 2012, p. 77).

No que diz respeito a esse último setor da burguesia interna, de acordo com Boito Jr. (2012), foi a última que entrou no alinhamento do Governo Collor (1990-1992) e, talvez por isso mesmo, tenha sido o primeiro a sair na primeira crise política. Encontrou, então, nos governos que se seguiram até o segundo mandato de FHC (1995-2002), um elevado contexto de prioridade aos interesses da grande burguesia associada subalternamente ao capital internacional, bem como ao capital financeiro internacional e as frações internas associadas a ele.

O primeiro mandato de FHC foi caracterizado por uma política de aprofundamento bastante agressivo do arranjo neoliberal desenhado por Collor, mostrando-se exitoso naquilo em que Collor havia fracassado, ou seja, a recomposição do alinhamento de classes em torno do capital financeiro internacional.

Em 1990, a alíquota média das tarifas de importação era 40% e a alíquota mais frequente, de 32%. Em 1992, graças às medidas de Collor de Melo, ambas caíram

para a casa dos 20%, Uma vez empossado, FHC tratou, ainda em 1995, de impor uma nova e drástica redução das tarifas. A Alíquota média caiu para 12,6% e a mais frequente para o valor quase simbólico de 2% (BOITO JUNIOR, 2012, p. 78).

Assim, FHC promoveu uma forte redução das taxas aduaneiras, associado ao Plano Real, que havia sobrevalorizado o câmbio resultou no aumento drástico das importações de bens manufaturados. O resultado dessa política foi a devastação da indústria de bens manufaturados finais e intermediários, além de déficit na balança comercial. Seu governo também avançou na política de privatizações: siderúrgicas, fertilizantes, química, bancos estatais, ferrovias, estradas de rodagem, distribuidoras de energia elétrica, telefonia, serviço de esgoto e outros (BOITO JUNIOR, 2012, p. 78).

As divergências entre o grande capital industrial e o grande capital bancário repercutiram no interior do governo FHC constituindo duas correntes políticas diferenciadas: a corrente neoliberal extremada, que foi amplamente dominante no governo e que controlou o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e a corrente neoliberal mais moderada, que foi minoritária; a primeira, que congregou nomes como os de Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga, expressava os interesses específicos do setor bancário, enquanto a segunda, que teve como expoentes Sérgio Motta, Luís Carlos Mendonça de Barros e José Serra, vocalizava os interesses do setor industrial da grande burguesia. (BOITO JUNIOR, 2003, p.4)

O segundo mandato de FHC, no entanto, teve como característica uma política defensiva. O governo precisava lidar com a crise cambial que havia criado, a elevação do desemprego, da informalidade, da inflação, entre outros; em um cenário de forte organização popular e de ruptura das condições gerais de passividade da classe trabalhadora.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) elevou o tom contra a política de desindustrialização do governo e a Força Sindical, central que tinha apoiado as reformas neoliberais e o governo FHC, iniciou um processo de revisão de sua posição. Essa central organizou greves com ocupação do local de trabalho na sua principal base operária, os metalúrgicos de São Paulo, para protestar contra a abertura comercial e o fechamento de empresas. A FIESP, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), organizou um protesto nacional em Brasília, com industriais vindos de todas as regiões do país, em maio de 1996. Segundo noticiário da época, os empresários que estiveram em Brasília pertenciam, principalmente, aos setores mais afetados pela abertura comercial – bens de capital,

componentes eletrônicos, têxteis, calçado e brinquedos (BOITO JUNIOR, 2012, p. 79).

A insatisfação do setor da burguesia interna que opunha-se à abertura comercial, na realidade, opunha-se a sua desvantagem no arranjo de classes do Pacto do Plano Real em relação à grande burguesia associada ao capital internacional ao longo dos dois mandatos de FHC. Com a crise social do final do segundo mandato, mais uma vez a burguesia interna produtora de bens de consumo ameaçava abandonar essa aliança de classe, como havia feito no “Fora Collor”. Na medida em que, a partir de 1996, os grandes industriais apresentassem posições radicalizadas, lograram a simpatia das organizações operárias e com as camadas dirigentes que ansiavam por uma aliança com essa fração burguesa. A CUT, em especial, soube utilizar-se desse processo de aproximação e tornou-se o sujeito articulador, nos últimos anos do governo FHC, do alinhamento eleitoral dessa fração da burguesia à candidatura de Lula da Silva (PT).

Na medida em que a CUT e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) rebaixavam seus programas, transformando-os em discursos conciliatórios de classes; e, buscavam aproximar seu principal quadro político, Lula da Silva, a um suposto projeto de neodesenvolvimentismo, foi possível melhorar a percepção de confiança por parte de parcelas descontentes do bloco no poder, em particular aquelas se sentiram-se negligenciadas durante a abertura econômica e as privatizações.

É importante destacar nesse sentido, não apenas a aproximação da CUT a FIESP e CNI, ou a *Carta aos Brasileiros* (2002), mas a colocação de José de Alencar como vice-presidente na chapa de Lula da Silva. José de Alencar era um genuíno representante da indústria nacional têxtil mineira, foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e vice-presidente da CNI. Diante do apelo oferecido pela imagem de Lula, somado a seu discurso que pactuava com os interesses de parcelas pauperizadas da classe trabalhadora, Lula se tornava a alternativa confiável para garantir a reprodução ampliada do capitalismo brasileiro, sem o risco de que as disputas em torno do governo central pudessem representar uma fissura no bloco no poder. Assim, a burguesia interna encontrava um sujeito político no PT capaz de realizar o Pacto de Classes do Plano Real com a moderação e firmeza necessária.

Embora não possam ser considerados de modo homogêneo, os dois mandatos presidenciais de Lula da Silva foram marcados por uma política bastante conservadora no que diz respeito ao enfrentamento do capital financeiro internacional e do grande capital associado a ele. Na realidade esses setores da burguesia seguiram hegemônizando o pacto de classes, o que o PT conseguiu demonstrar foi sua capacidade de articular uma posição pouco melhor para a burguesia interna que

vinha sendo prejudicada desde o fim da ditadura civil-militar pela abertura comercial neoliberal, sem com isso ameaçar a relação de hegemonia do grande capital financeiro. Nisso o BNDES passou a cumprir um papel central de injeção de recursos do fundo público, muitos deles à fundo perdido, em empresas privadas. Na realidade, o BNDES passou a ter um papel ativo na formação de grandes conglomerados de capitais, configurando a presença de grandes empresas em setores diferenciados da economia.

O segundo Governo Lula investiu muito na criação e no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais, com programas especiais de crédito e de participação acionária visando, inclusive, promover o investimento desses grupos no exterior. Tal política acarretou uma redefinição do papel do BNDES: de banco que financiava as privatizações nos governos FHC, foi convertido num banco estatal de fomento ao grande capital predominantemente nacional. No ano de 2008, quase todas as vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior contavam com participação acionária do BNDES, através da BNDESPAR, ou de fundos de pensão das empresas estatais ou, ainda, com grande aporte de crédito a juros facilitados por aquele banco (BOITO JUNIOR, 2012, p. 81).

De fato, o BNDES passou a cumprir um rigoroso papel de repasses de grandes volumes de recursos públicos para a iniciativa privada, buscando garantir posições da burguesia interna ligada a produção de manufaturas intermediárias e finais. Seu papel nas privatizações das estatais, portos, rodovias, aeroportos, entretanto não deve ser subestimado. O Estado seguiu transferindo para o setor privado grande parte do aparelho público, inclusive, como meio de indução da formação de grandes conglomerados de capitais. No mesmo sentido, passou a estimular a criação de Fundos de Investimentos poderosos, desregulamentando o mercado de ativos financeiros e aumentando a flexibilidade das parcerias público-privadas (PPPs) – um dos principais modos de operação da transferência de capitais do Estado para empresas privadas. Em todos os grandes fundos de investimentos em operação no Brasil, podemos ver a ação direta do Governo no repasse de recursos do Fundo Público ou da propriedade sobre empresas e demais estruturas estatais para sua constituição ou alavancagem. Custou muito caro à classe trabalhadora a manutenção que o PT operou dessa fração no bloco dominante.

Tudo isso pôde ser sustentado pelos saldos positivos na balança comercial, puxada pela elevação internacional no preço dos produtos primários (petróleo e carburantes, minérios, alimentos etc). Além de possibilitar o arranjo entre as frações burguesas o saldo positivo traduziu-se também em maior orçamento federal, permitindo ao PT gerenciar a incorporação do sistema de assistência social e recoloca-lo em dimensões superiores. Mas sobretudo garantir uma política de elevação do

salário mínimo, combinado com o aumento da formalização das relações de trabalho. Isso representou grande parte das motivações pelas quais a classe trabalhadora foi incorporada, ainda que passivamente, no pacto de classes do Plano Real. Ironicamente foi o PT, e não os ascetas do neoliberalismo da década de 1990, que foi capaz de garantir com máxima eficiência a conformação de um pacto de classes conservador para garantir a hegemonia do capital financeiro e a financeirização das relações sob o capital brasileiro.

Entre o primeiro e o segundo mandatos de Lula, foi se gestando um modelo de desenvolvimento apoiado, por um lado, no aumento dos gastos sociais e, por outro, na reprodução da ortodoxia rentista representada pela independência operacional do Banco Central, altas taxas de juros e flutuação cambial. Além disso, a fim de administrar os crescentes encargos impostos pela dívida pública e visando recuperar o apoio que havia perdido em importantes setores da classe trabalhadora brasileira, o governo federal estimulou a formalização do mercado de trabalho. Este processo fez com que os trabalhadores ascendessem a um patamar superior de proteção social. A aceleração do ritmo de crescimento da economia na última década, em grande medida, puxada pela elevação no preço das commodities brasileiras, coroou a combinação entre o aumento dos gastos sociais e a ampliação da cobertura da proteção trabalhista (ANTUNES & BRAGA, 2014, p. 43).

A incorporação passiva das massas de trabalhadores ao pacto de classes, contudo, envolve a incorporação ativa de quadros no âmbito do Estado ampliado. O que evidencia esse processo foi a incorporação de quadros dirigentes sindicais importantes, construídos nas greves da década de 1980-1990, no aparelho administrativo do governo e nos conselhos e direções dos Fundos de Pensões. Nesse sentido, estamos de pleno acordo com Antunes e Braga (2014, p. 43) quando afirmam que:

[...] a hegemonia petista consolidou-se por meio da combinação de duas formas de consentimento popular: por um lado, as lideranças petistas incorporaram, por meio de milhares de cargos administrativos de assessoramento e do controle sindical dos fundos de pensão, muitos movimentos sociais e populares ao governo, conduzindo o movimento sindical a uma verdadeira “fusão” com o aparelho de Estado; por outro, os setores mais empobrecidos e parte dos segmentos mais precarizados da população trabalhadora foram seduzidos pelas políticas públicas do governo federal, em especial, pelo programa Bolsa Família, pelo crédito direto e pelos aumento reais do salário mínimo.

Assim, nós vivemos um modelo de relativa estabilidade política e econômica em torno do pacto do Plano Real que pode ganhar sua máxima efetividade social durante os dois mandatos do

Governo Lula (2003-2010). As características centrais desse modelo foi a melhora da posição da burguesia interna, mantida no bloco dominante por meio da ação direta do Estado e pela conjuntura favorável em termos da elevação dos preços dos produtos primários no mercado mundial. Característica essa, que além da incorporação ativa dos quadros – principalmente sindicais – dos movimentos populares que dirigiam a base lulista, a conjuntura internacional favorável também possibilitou criar um sistema de assistência social sem paralelos, mas sobretudo garantir uma margem relativa de formalização do trabalho, um ciclo de recomposição do salário mínimo (Gráfico 01) e o aumento da atividade de consumo também amparada no acesso ao crédito.



Gráfico 01 - média anual do salário mínimo no município de São Paulo em reais (dezembro, 2012). Fonte: COSTA, 2013.

No que diz respeito ao salário mínimo, houve, de fato, uma ligeira melhora nas condições gerais no Brasil, o que vem sendo utilizado pelo governo e seus intelectuais<sup>1</sup> para afirmar a ascensão de uma nova maioria no país, denominada de “nova classe média”:

Em informe publicitário do governo federal, veiculado em dezembro de 2010, se podia ler: “Está nos números. Está no dia a dia dos brasileiros. Estamos vivendo o Brasil de todos. 35,7 milhões de brasileiros subiram de classe social e 27,9 milhões superaram a pobreza”. Que ideia o discurso oficial quer transmitir? A de que quase 36 milhões de indivíduos não pertenceriam mais à condição de trabalhadores precarizados. Seriam classe média. Seriam trabalhadores com condições de

<sup>1</sup> Aqui nos referimos especialmente ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), suplementar à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e que gestou o rótulo publicitário da “Nova Classe média” brasileira. Ao longo do Governo PT, o IPEA foi presidido por Glauco Antônio Truzzi Arbix (2003-2006), Luiz Henrique Proença Soares (2006-2007), Marcio Pochmann (2007-2012), Marcelo Côrtes Neri (2007-2012) e Sergei Suarez Dillon Soares. Esse último foi consultor do Banco Mundial para a área de políticas de educação.

trabalho e de vida dignas. E seriam também empreendedores. Donos do seu próprio negócio. Graças às políticas econômicas e sociais dos oito anos de governo Lula, continuadas pelo governo Dilma, de 37% da população do país (66 milhões) a classe média teria ultrapassado a casa dos 50% (104 milhões). (LUCE, 2013, p. 170)

Para analisarmos a elevação da renda, o salário mínimo<sup>2</sup> é um fator importante, que permite averiguar as condições de trabalho, emprego e renda de um enorme contingente da população brasileira. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pelo menos 45,5 milhões de brasileiros têm seus rendimentos diretamente vinculados ao salário mínimo (DIEESE, 2012, p. 5). Tendo isso em vista, ao analisar o que ocorreu com a renda do trabalho ao longo do Governo do Partido dos Trabalhadores, Costa (2013) identifica certas condições restritas de melhora das condições de vida, porém sem nenhum tipo de ruptura com o padrão de reprodução do capital no Brasil. De acordo com o autor, o poder de compra do salário mínimo sofreu um longo período de compressão durante a ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964. Após esse período, na década de 1980, seu poder de compra foi ainda mais degradado devido às altas taxas de inflação que corroeram o poder de compra das famílias trabalhadoras. A tendência estrutural de altas taxas inflacionárias só foi reduzida a partir do Plano Real, em 1994, no Governo FHC. Contudo, longe de significar melhoras salariais, ocorreu a fixação do salário mínimo em patamares extremamente baixos. Costa (2013, p. 46) assinala que

Desde então assistimos a uma lentíssima recuperação que, inclusive, ainda não foi suficiente sequer para atingir o patamar pré-golpe militar. Contra toda a ideologia, os dados mostram que, em 2012, o salário mínimo no Brasil era inferior ao de 1964 e muito inferior ao mínimo necessário para atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família.

Ainda de acordo com Costa (2013), nos dois primeiros anos de mandato petista, o governo realizou uma política econômica ortodoxa de austeridade fiscal e cortes de gastos, tendo o salário mínimo crescido pouco (aproximadamente 3,82%). A partir de então,

[...] percebe-se claramente que com o PT no governo a tendência de recuperação do salário mínimo iniciada em 1994 manteve-se e foi ampliada. O ano de 2012 teve um salário mínimo de R\$622, com uma média de 25,46% do necessário (DIEESE) – 54,58% maior do que em 2002. Por outra metodologia, deflacionando o aumento

---

<sup>2</sup> Foi instituído em 1940 no Governo de Getúlio Vargas, passou por várias transformações e é descrito atualmente pela Constituição Federal atual (BRASIL, 1988) como o mínimo que o trabalhador precisa para atender suas necessidades fundamentais e as de sua família.

nominal de salários (de R\$200 para R\$678 ou 239% de aumento) através do INPC (87,17%), entre dezembro de 2002 e junho de 2013 o salário mínimo teve valorização real de 81,11%. (COSTA, 2013, p. 47)

Essa análise está de acordo com os dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Como é possível verificar na *Tabela 1*, em maio de 2005 o salário mínimo passou de R\$ 260 para R\$300. Em abril de 2006 passou para R\$350 e em abril de 2007 foi ajustado para R\$380,00. Em março de 2008, para R\$415 e, em fevereiro de 2009, foi alterado para R\$465. Em janeiro de 2010, último ano da gestão de Lula, passou para R\$510 (DIEESE, 2012, p. 2).

Tabela 1: Salário Mínimo Nominal – 2002-2013

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Maior de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maior de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,10	2,73
<b>Total período</b>	-	<b>239,00</b>	<b>98,85</b>	<b>70,49</b>

Fonte: DIEESE (2012)

O que chamamos de política de valorização do salário mínimo foi o resultado de um acordo, entre o governo e as centrais sindicais de seu campo, firmado em 2007, que estabeleceu uma política permanente de elevação do mínimo até 2023.

Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão – a cada ano – até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010 (DIEESE, 2012, p. 2).

Em 2010, último ano do Governo Lula, o valor do salário mínimo real era de R\$ 585,74 (segundo o IPEA), portanto, representava apenas 24,21% do salário mínimo necessário – calculado pelo DIEESE (COSTA, 2013, p. 51). No gráfico 1, é possível verificar que, em 2010, o salário

mínimo real médio na cidade de São Paulo não havia sequer recuperado o patamar do final da ditadura civil-militar. Dessa forma, sem desconsiderar a importância da elevação do salário mínimo para a classe trabalhadora, em especial aos mais pauperizados, é necessário um real dimensionamento dos dados ao processo histórico.

O modelo de transição conservadora dirigido pelo PT pode se desenrolar até meados de 2009-2010, tendo como principal característica a exploração do trabalho assalariado de muito baixa renda: 94% do trabalho criado nos últimos 13 anos encontra-se na faixa que paga até 1,5 salários mínimos. Esse quadro vem se deteriorando rapidamente diante de um novo cenário de crise, em 2014, para efeitos de comparação, 97,5% dos empregos que foram criados no país pagam até 1,5 salários mínimos, contudo, desse montante 14% pagam até 0,5 salário mínimo – o que demonstra inequivocamente através dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que a massa de empregos a partir do ano passado está fundada na criação de empregos precários. Além disso, o salto de empregos terceirizados que foi de 3,8 milhões, em 2013, para mais de 12 milhões, em 2015, demonstra também a incapacidade de continuidade na política de formalização das relações de trabalho por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Na medida em que os preços internacionais dos produtos primários, sobretudo derivados do petróleo e minério de ferro, decaem significativamente, já está evidenciado que o pacto de classes transferirá as perdas de capitais para a classe trabalhadora, seja na redução dos empregos e da renda nominal do trabalho, seja na retirada de direitos da classe trabalhadora. Os cortes no orçamento no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015, demonstram claramente que o Fundo Público seguirá privilegiando a manutenção da correlação de forças no interior do bloco dominante, enquanto compensará as perdas de capitais retirando direitos sociais.

No caso da educação pública nacional isso está bastante evidente, na medida em que 9,42 bilhões foram cortados do orçamento público federal para o ano de 2015, o orçamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 2014 alcançou 12 bilhões e seguirá crescendo em 2015, tendo em vista que o Governo Federal emitirá títulos do tesouro nacional para custeá-lo. Para efeitos de comparação, a verba de custeio em 2014 das universidades federais foi de 13 bilhões de reais, quando comparado aos recursos destinados ao FIES e ao PROUNI, deixa às claras a real política educacional do governo. Aliás, políticas como o FIES e o PROUNI, foram responsáveis diretos pela criação do maior conglomerado financeiro-educacional do mundo, o grupo Kroton-Anhanguera, entre outros como o Grupo Objetivo, Estácio de Sá Participações etc.

Em meados do segundo mandato de Lula da Silva, e desde então, o capital industrial vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com o Banco Mundial (BM)

retomou a política de privatização em sentido estrito das universidades públicas. Essa política resultou no conjunto de ataques às estaduais paulistas a partir de 2008 e às universidades federais a partir do final do mandato de Lula da Silva. Isso porque está claro para a burguesia interna, tanto vinculada à indústria, quanto ao agronegócio e ao capital financeiro que as universidades públicas não possuem mais um papel relevante a desempenhar que justifique os investimentos do Fundo Público. Na realidade essa constatação acompanha dois movimentos: o primeiro foi a expansão sem precedentes da rede técnica e tecnológica pública em parcerias público-privadas, nos setores chaves do mercado de trabalho vinculado a essa fração burguesa. Em segundo lugar, por uma razão estrutural, ao aceitar a especialização regressiva a burguesia interna tem clareza de que a estrutura social do trabalho no Brasil não depende significativamente da incorporação de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para obter ganhos de produtividade, esses ganhos priorizaram desde o início da industrialização brasileira a intensificação do processo de trabalho como meio principal de elevação da produtividade do trabalhador.

Portanto, nós não temos uma estrutura social dinâmica e inovadora, mas subalterna e associada aos países de capitalismo central. Temos uma estrutura que depende da elevação do ritmo de trabalho apoiado fundamentalmente sobre taxas elevadas de rotatividade e no despotismo empresarial: uma tentativa de intensificar o ritmo de trabalho através da cobrança, do assédio e da coerção. Não é por outra razão que os casos de assédio moral, de elevação do índice de acidentes de trabalho e afastamento por adoecimento vêm aumentando no período recente.

Se em momentos de elevação das pressões orçamentárias isso permite que a burguesia interna, em todas as suas frações, aceite um certo afrouxamento da política de contenção de investimentos do governo nos direitos sociais; em períodos de crise, como o que estamos vivendo, no entanto, esses investimentos são imediatamente cortados e retornam os ciclos de privatização também na esfera dos direitos garantidos diretamente pelo Estado por meio de autarquias e fundações públicas.

É fundamental compreendermos a estrutura da associatividade burguesa no Brasil, para evitar equívocos como muitas produções nas ciências sociais realizaram, acreditando que haveria a possibilidade de uma disputa pela retomada de um projeto desenvolvimentista que alinharia a classe trabalhadora às frações da burguesia interna contrárias à abertura de mercado neoliberal. Muito embora isso somente não seja suficiente, uma vez que a compreensão sobre a estrutura social do trabalho no Brasil ainda necessita ter melhor tratamento nas ciências políticas e sociais. Nesse sentido, compreender os efeitos estruturais pelos quais a burguesia interna sempre realizou compensações às transferências de valor que realiza aos países de capitalismo central ainda segue sendo um elemento determinante no padrão de acumulação capitalista-dependente brasileiro.

Avançar no conhecimento sobre esses aspectos, parece-nos condição primeira na análise da difícil conjuntura que iremos enfrentar nesse ciclo de ajuste de forças no bloco dominante, o qual, estamos apenas vislumbrando seu primeiro momento.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v. 18, n. 0, p.41-47, jul. 2014. Número Especial.

BOITO JUNIOR, Armando. (Org.) ; GALVAO, Andréia. (Org.) . *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. 427 pp.

BOITO JUNIOR, Armando. *Burguesia e neoliberalismo no Brasil*. PUCviva Revista, São Paulo, v. 1, n.5, p. 3-5, 2003

COSTA, Arland Tássio de Brichard. *A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)*. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Nota técnica: Número 118 - Dezembro de 2012*. 2012. Disponível em: <[http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/NT 118 dez 2012 salarioMinimo2013.pdf](http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/NT_118_dez_2012_salarioMinimo2013.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Salário mínimo nominal e necessário*. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2010>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Rio de Janeiro: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Vol. 11, n. 1, pp. 169-190, 2013.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2007.